

SUMÁRIO

1

A TEORIA GERAL DA PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO	37
1.1. A prova como o coração do processo	37
1.2. A teoria geral da prova.....	38
1.3. Conceito, objeto e finalidade da prova	40
1.4. Regras de hermenêutica acerca da temática das provas	43
1.4.1. Regra um: prova-se o fato, não o direito	44
1.4.2. Regra dois: o ônus da prova é de quem alega o fato	47
1.4.3. Regra três: os fatos que independem de prova	47
1.5. Princípios específicos da teoria geral da prova	52
1.5.1. O princípio inquisitivo.....	54
1.5.2. O princípio da aquisição ou comunhão da prova	57
1.5.3. O princípio da unidade da prova	58
1.5.4. O princípio do convencimento motivado	59
1.5.5. O princípio da livre admissibilidade da prova	62
1.5.6. O princípio da proibição da prova ilícita.....	64
1.5.7. Princípios gerais do processo que se aplicam na teorização da prova	73
1.6. Meios de prova.....	74
1.6.1. Classificação dos meios de prova	76
1.6.2. Os 12 (doze) meios de prova, para fins didáticos	79
1.6.2.1. Depoimento pessoal (e interrogatório)	79
1.6.2.2. Confissão	80
1.6.2.3. Prova testemunhal	81
1.6.2.4. Prova documental	81
1.6.2.5. Prova pericial.....	83
1.6.2.6. Inspeção judicial.....	84
1.6.2.7. Presunções.....	85
1.6.2.8. Máximas de experiência	86

1.6.2.9. Prova emprestada	86
1.6.2.10. Ata notarial	87
1.6.2.11. Documentos eletrônicos	88
1.6.2.12. Provas digitais	88
1.7. Produção antecipada de provas	90
1.7.1. Medidas cautelares, exibição de documentos ou produção antecipada de provas?	91
1.7.2. A antecipação de provas no CPC de 2015: três situações	93
1.7.3. A produção antecipada de provas como ação probatória autônoma e os dilemas do processo do trabalho	97

2

TEMAS RECORRENTES A RESPEITO DE PROVAS NO PROCESSO DO

TRABALHO103

2.1. Quanto ao ônus da prova	104
2.1.1. A teoria estática e a natureza jurídica dos fatos	104
2.1.2. Como trabalhar com os indícios e as presunções	107
2.1.3. É possível exigir a prova de fatos negativos?	109
2.1.4. Como identificar exceções substanciais para a inversão do ônus da prova	110
2.1.5. Em que momento requerer a inversão do ônus da prova	111
2.1.6. Como e quando requerer a inversão ou a distribuição dinâmica do ônus da prova	112
2.2. Quanto à prova pericial	113
2.2.1. Impossibilidade de realização da perícia	114
2.2.2. Quesitos iniciais e suplementares	115
2.2.3. Poderes do perito	116
2.2.4. Impugnação fática e técnica	116
2.2.5. Prova testemunhal contra o resultado do laudo	117
2.2.6. A segunda perícia	117
2.3. Quanto à prova documental	118
2.3.1. Quais documentos precisam ser juntados com a inicial?	119
2.3.2. Quais documentos precisam ser juntados com a contestação, a reconvenção e a réplica?	119
2.3.3. Requerimento de juntada x impugnação/preclusão	121
2.3.4. A força probante de declarações, cópias e <i>prints</i>	122
2.3.5. Como conseguir a juntada a título de contraprova	123
2.3.6. Como fazer impugnação formal sem necessidade de perícia	124
2.4. Quanto às provas digitais	125
2.4.1. O que pode ser considerado como prova digital	126
2.4.2. Qual a sua natureza jurídica	128

2.4.3.	Quais os requisitos imprescindíveis da prova digital	129
2.4.4.	De quem é o ônus da prova nessa matéria?.....	131
2.4.5.	Cabe inversão do ônus da prova?.....	132
2.4.6.	E cabe distribuição dinâmica do ônus da prova?.....	133
2.5.	Quanto à prova oral	134
2.5.1.	Como conseguir a tomada do depoimento pessoal da parte contrária.....	135
2.5.2.	Como e quando requerer a declaração da confissão da outra parte.....	136
2.5.3.	Prova emprestada x direito à produção da prova oral direta.....	138
2.5.4.	Questões sobre convite, intimação e condução coercitiva das testemunhas	138
2.5.5.	A contraposição: cláusula de confidencialidade x dever de testemunhar	142
2.5.6.	Como e quando contraditar a testemunha da parte contrária ..	144
2.5.7.	Questões sobre a incomunicabilidade das testemunhas.....	145
2.5.8.	Questões a respeito da acareação de testemunhas e da oitiva de testemunha referida.....	146

3

TEORIA GERAL DO ÔNUS DA PROVA149

3.1.	Noção de ônus da prova	149
3.2.	Análise crítica da doutrina trabalhista	150
3.3.	O <i>iter</i> proposto	154
3.3.1.	O art. 374 do CPC/2015	155
3.3.2.	O art. 375 do CPC/2015	158
3.3.3.	Art. 373 do CPC: a definição do ônus da prova	160
3.3.4.	A natureza dos fatos controvertidos.....	160
3.3.4.1.	As regras objetivas de definição do ônus da prova	162
3.3.4.2.	A doutrina dos fatos contrapostos	165
3.4.	Momento da definição do ônus da prova.....	169
3.5.	Ônus subjetivo e ônus objetivo – a questão da prova “dividida”	172
3.6.	A inversão do ônus da prova	176
3.6.1.	Princípios que autorizam a inversão do ônus da prova	180
3.6.2.	O Código de Defesa e Proteção do Consumidor.....	182
3.6.3.	Princípio da aptidão para a prova.....	184
3.7.	Momento da inversão do ônus da prova	185
3.8.	Síntese conclusiva até esta parte.....	189
3.9.	A teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova	190
3.9.1.	Aplicação dessa teoria no processo do trabalho	194
3.9.2.	A lei da reforma trabalhista	196

3.10.	Casuística sobre ônus da prova	199
3.10.1.	Vínculo de emprego	200
3.10.2.	Acidente do trabalho	201
3.10.3.	Equiparação salarial	203
3.10.4.	Acúmulo e desvio de função	203
3.10.5.	Insalubridade e periculosidade	204
3.10.6.	Jornada de trabalho	204
3.10.7.	Justa causa	205
3.10.8.	Rescisão indireta	205
3.10.9.	Dano moral	206
3.10.10.	Assédio moral e sexual	206
3.10.11.	Responsabilidade do tomador de serviços	207
3.10.12.	Responsabilidade do ente público: a Lei n. 14.133/2021	208
3.10.13.	COVID-19	212
3.10.13.1.	A COVID-19 como doença “endêmica” – pandêmica	214
3.10.13.2.	A COVID-19 como doença do trabalho: ônus da prova	216
3.10.14.	Breves considerações sobre as provas digitais	219
3.10.15.	Últimas considerações sobre a casuística	221
3.11.	Súmulas do TST a respeito de presunções e ônus da prova	223
3.11.1.	Súmula n. 6, VIII	223
3.11.2.	Súmula n. 12	224
3.11.3.	Súmula n. 32	224
3.11.4.	Súmula n. 43	225
3.11.5.	Súmula n. 212	226
3.11.6.	Súmula n. 287	227
3.11.7.	Súmula n. 338	229
3.11.8.	Súmula n. 443: a Lei n. 14.289/2022	233
3.11.9.	Súmula n. 460	234
3.11.10.	Súmula n. 461	236
3.12.	Jurisprudência do TST a respeito da temática	237

4

A PROVA PERICIAL NO PROCESSO DO TRABALHO	243
4.1. Uma noção de prova pericial.....	243
4.2. As inovações sobre a prova pericial no CPC de 2015	244
4.2.1. Hipóteses de exigibilidade da perícia no CPC	246
4.2.2. Hipóteses de dispensa da perícia no CPC	247
4.2.3. Prova pericial indireta no CPC.....	250
4.3. A perícia no processo do trabalho.....	251

4.3.1.	Perícia em caso de insalubridade	252
4.3.2.	Perícia em caso de periculosidade – hipóteses de desneces- sidade.....	258
4.3.3.	Perícia em caso de doença ocupacional – perícia por fisio- terapia do trabalho.....	264
4.3.4.	Perícias grafotécnicas	269
4.3.5.	Perícia contábil.....	269
4.3.6.	O indeferimento da perícia no processo do trabalho.....	270
4.4.	Prova técnica simplificada	273
4.5.	A escolha do perito	276
4.5.1.	Critérios para nomeação de um perito	277
4.5.2.	Impugnação à nomeação do perito.....	279
4.6.	Prova pericial consensual	284
4.6.1.	Exigências legais para a ocorrência dessa perícia	286
4.6.2.	Procedimento para a implementação da perícia consensual.....	287
4.6.3.	Possibilidade de quesitação para essa perícia.....	288
4.6.4.	Honorários na prova pericial consensual.....	288
4.6.5.	Pontos positivos acerca da prova pericial consensual	289
4.6.6.	Aplicabilidade prática dessa prova pericial.....	290
4.6.6.1.	Exemplo prático 1: entrega do PPP	290
4.6.6.2.	Exemplo prático 2: insalubridade de menor comple- xidade.....	291
4.6.6.3.	Exemplo prático 3: resultado previsível da perícia	292
4.6.6.4.	Exemplo prático 4: doenças ocupacionais complexas...	293
4.7.	Honorários periciais.....	294
4.7.1.	Honorários periciais prévios e o processo do trabalho	296
4.7.2.	Honorários periciais definitivos no processo do trabalho	301
4.8.	Quesitos apresentados pelas partes.....	302
4.8.1.	Momentos para apresentação de quesitos.....	304
4.8.1.1.	Como garantir a oitiva do perito em audiência	306
4.8.2.	Como elaborar quesitos de forma eficiente.....	308
4.8.2.1.	O agente	311
4.8.2.2.	A medição.....	311
4.8.2.3.	O tempo de exposição	312
4.8.2.4.	O método de análise.....	313
4.8.2.5.	A neutralização.....	314
4.8.2.6.	Fluxograma para a melhor identificação das etapas da quesitação.....	315
4.8.3.	Indeferimento de quesitos pelo juiz e limitação de quesitos.....	316
4.8.4.	Possibilidade de quesitação pelo juiz	318

4.8.5.	Prazos para quesitos e assistentes técnicos no processo do trabalho	320
4.9.	A importância do assistente técnico	323
4.9.1.	Indicação do assistente técnico: existem restrições?	324
4.9.2.	Parecer do assistente técnico: engenheiro de segurança x técnico de segurança	326
4.9.3.	Assistente técnico “não médico” em casos de doenças ocupacionais	326
4.10.	Perícia: um procedimento extremamente técnico	327
4.10.1.	Momento da perícia	328
4.10.2.	Perícia por carta precatória	331
4.10.3.	Perícias complexas	331
4.11.	Diligência pericial	334
4.11.1.	Notificação prévia da empresa	334
4.11.2.	Quem pode acompanhar a realização da perícia?	335
4.11.2.1.	O advogado e as perícias médicas	336
4.11.3.	Poderes do perito	339
4.11.4.	Deveres do perito: comparecimento ao local de trabalho	340
4.11.5.	Possibilidade de gravação da diligência pericial	341
4.12.	O laudo pericial e suas especificidades	341
4.12.1.	Prazo para apresentação do laudo pericial	342
4.12.2.	Prazo para juntada do parecer do assistente técnico	344
4.12.2.1.	Ainda sobre o prazo para apresentação de parecer do assistente técnico	347
4.12.3.	Preclusão do direito de apresentação do parecer e de impugnar o laudo pericial	348
4.12.4.	Conteúdo do laudo pericial	349
4.12.4.1.	Definição do objeto da perícia	350
4.12.4.2.	Análise técnica e científica	351
4.12.4.3.	Metodologia empregada	351
4.12.4.4.	Resposta aos quesitos formulados pelas partes e pelo juízo	352
4.12.4.5.	A Conclusão	353
4.12.4.6.	A linguagem do laudo pericial	354
4.12.5.	Limites impostos ao conteúdo do laudo pericial	355
4.13.	Impugnação ao laudo pericial	357
4.13.1.	As cinco técnicas de impugnação ao laudo pericial	359
4.13.1.1.	Primeira técnica: exigência de respostas conclusivas	359
4.13.1.2.	Segunda técnica: manifestação precisa sobre o parecer	360
4.13.1.3.	Terceira técnica: a indicação do método utilizado	361

4.13.1.4. Quarta técnica: a exigência de clareza e lógica no laudo	362
4.13.1.5. Quinta técnica: a adstrição ao objeto da perícia	363
4.14. Esclarecimentos do perito acerca do laudo pericial	364
4.14.1. E se houver divergência entre o laudo pericial e o parecer do assistente técnico?	365
4.15. O laudo pericial pode ser inconclusivo?	366
4.16. O que fazer se um laudo pericial for inconclusivo?	367
4.16.1. E se o laudo pericial for inconclusivo por limitações técnicas do perito?	368
4.17. Destituição e substituição do perito	369
4.17.1. Destituição do perito x substituição do perito	370
4.17.2. A substituição do perito	371
4.17.2.1. Por falta de conhecimento técnico ou de equipamentos necessários	372
4.17.2.2. Por descumprimento do encargo no prazo assinado	374
4.17.3. Honorários periciais em caso de destituição e substituição	374
4.18. Nova (ou segunda) perícia	375
4.18.1. Nova perícia ou segunda perícia?	376
4.18.2. Diferença entre nova perícia e complementação do laudo pericial	377
4.18.3. Como conseguir uma nova perícia?	378
4.18.3.1. Exemplo hipotético n. 1 – casos de concausa	379
4.18.3.2. Exemplo hipotético n. 2 – limitações nas explicações técnicas	380
4.18.3.3. Exemplo hipotético n. 3 – contradições no laudo	381
4.18.3.4. Exemplo hipotético n. 4 – nexo técnico epidemiológico previdenciário não analisado	382
4.18.4. Questões remanescentes sobre a nova perícia	383
4.18.4.1. Decisão de ofício para a realização da nova perícia e princípios aplicáveis	383
4.18.4.2. A nova perícia não substitui as perícias anteriores	384
4.18.4.3. Procedimento da nova perícia	385
4.19. Possibilidade de o juiz desconsiderar o laudo pericial	385

5

A PROVA DOCUMENTAL NO PROCESSO DO TRABALHO387

5.1. Aspectos introdutórios da prova documental	387
5.1.1. Uma noção de prova documental	387
5.1.2. Um comparativo entre o processo civil e o processo do trabalho	388

5.2.	Conceitos clássicos sobre a temática da prova documental	392
5.2.1.	Diferença entre documento e prova documental – a fonte da prova	392
5.2.2.	Espécies de documentos	393
5.2.3.	Prova substancial	396
5.2.4.	A prova pré-constituída e o dever de guarda do empregador ...	397
5.3.	Exibição incidental de documentos	400
5.3.1.	Formalismo para a exibição incidental de documentos	402
5.3.2.	Consequências processuais acerca da exibição de documentos ...	404
5.3.2.1.	Escusa x recusa à exibição de documentos	404
5.3.2.2.	Recibos de pagamento podem ser considerados documentos comuns?	407
5.3.2.3.	Cartões de ponto podem ser considerados documentos comuns?	407
5.3.2.4.	A recusa à exibição de documentos – exibição por terceiros	408
5.3.2.5.	Desdobramentos em caso de apresentação de documentos idôneos	410
5.3.3.	Casuística de documentos específicos no incidente de exibição de documentos	411
5.3.3.1.	Quanto aos recibos de pagamento	411
5.3.3.2.	Quanto aos controles de ponto	412
5.3.3.2.1.	Os cartões de ponto não assinados são válidos? E o que são horários simétricos? ..	413
5.3.3.2.2.	Controle de ponto eletrônico	414
5.3.3.3.	Quanto às convenções e aos acordos coletivos de trabalho	416
5.3.3.4.	Quanto ao termo de rescisão do contrato de trabalho	416
5.4.	Força probante dos documentos	418
5.4.1.	Regras básicas	419
5.4.2.	As seis regras complementares	421
5.4.2.1.	Autoria dos documentos	422
5.4.2.2.	Autenticidade dos documentos	423
5.4.2.3.	Indivisibilidade dos documentos	425
5.4.2.4.	Força probante de declarações	427
5.4.2.5.	A força probante das cópias e dos <i>prints</i>	429
5.4.2.6.	A credibilidade de reproduções mecânicas ou digitalizadas	432
5.4.3.	Como utilizar as provas mecânicas, digitalizadas e digitais em audiência	435

5.5.	Momento da juntada de documentos pelo reclamante – petição inicial...	437
5.5.1.	Observações acerca da juntada tardia de documentos – a casuística	440
5.6.	Momento da juntada de documentos pela reclamada – com a contestação.....	441
5.6.1.	Observações a respeito da reconvenção.....	442
5.7.	A juntada de documentos com a réplica.....	443
5.8.	A necessidade de requerimento de juntada de documentos aos autos	444
5.9.	A contraprova	446
5.9.1.	A contraprova como direito fundamental	448
5.9.2.	A contraprova oral	448
5.9.3.	Preclusão para a juntada de contraprova documental.....	449
5.10.	Documentos novos.....	450
5.10.1.	Documentos novos de fatos antigos.....	451
5.10.2.	Documentos antigos com força probante de novos	452
5.11.	A guarda de trunfo e sua inadmissibilidade.....	453
5.12.	Prazos para a produção da prova documental.....	457
5.13.	Impugnação de documentos	461
5.13.1.	A inadmissibilidade da juntada	462
5.13.2.	A verificação de autenticidade.....	463
5.13.3.	A arguição de falsidade do documento.....	464
5.13.4.	O questionamento do conteúdo.....	465
5.13.5.	Inovações do CPC a respeito da matéria da falsidade documental	466
5.13.6.	Prazos para impugnação	467
5.14.	Arguição de falsidade documental	469
5.14.1.	Questões preliminares – o art. 427 do CPC.....	470
5.14.2.	Falsidade material x falsidade ideológica	471
5.14.2.1.	Falsidade material	472
5.14.2.2.	Falsidade ideológica	473
5.14.2.3.	A dicotomia entre vícios extrínsecos e vícios intrínsecos	476
5.14.3.	Prazos para suscitar o incidente de falsidade documental.....	477
5.14.3.1.	No processo civil	477
5.14.3.2.	No processo do trabalho	478
5.14.4.	Procedimento da arguição de falsidade documental.....	479
5.14.4.1.	Primeira etapa – a necessidade de uma arguição formal.....	479
5.14.4.2.	Segunda etapa – a necessidade de intimação da parte contrária.....	480

5.14.4.3. Terceira etapa – a possibilidade de a parte contrária retirar o documento impugnado	481
5.14.4.4. Quarta etapa – a perícia	482
5.14.5. Ônus da prova na arguição de falsidade documental.....	482

6

MEIOS DE PROVA COMPLEMENTARES485

6.1. Prova emprestada.....	485
6.1.1. Princípios que amparam a prova emprestada.....	487
6.1.2. Exige-se a concordância da parte contrária?	488
6.1.3. A observância do contraditório na prova emprestada	489
6.1.4. Quais meios de prova admitem a prova emprestada?	493
6.1.5. Natureza jurídica da prova emprestada.....	494
6.1.6. Quais os efeitos jurídicos da prova emprestada?	495
6.1.7. Contra quem a prova emprestada pode ser usada?.....	497
6.1.7.1. Entre as mesmas partes do processo originário?.....	497
6.1.7.2. Contra a parte que participou do processo anterior? ...	498
6.1.7.3. Contra quem não participou do processo originário	499
6.1.8. E se o juiz deferir o requerimento de juntada da prova emprestada?	502
6.1.9. O direito à contraprova na prova emprestada	504
6.1.10. Ônus da prova na prova emprestada	505
6.1.11. Qual o momento ideal para a juntada da prova emprestada?	507
6.1.12. Valoração: prova emprestada x prova direta.....	508
6.1.13. Outras questões relacionadas à prova emprestada.....	510
6.1.13.1. Prova emprestada originária de processos em segredo de justiça.....	510
6.1.13.2. Em caso de depoimento do atual reclamante, como testemunha, no processo originário.....	511
6.1.13.3. Prova emprestada de processo originário ainda não julgado.....	511
6.1.13.4. Prova emprestada x subsídio para o julgamento.....	512
6.2. Inspeção judicial	513
6.2.1. Situações nas quais a inspeção judicial é admitida	515
6.2.2. Seria a inspeção judicial um ativismo do Judiciário?	516
6.2.3. A observância do contraditório na inspeção judicial	517
6.2.4. As partes na inspeção judicial.....	518
6.2.4.1. As partes têm direito à inspeção judicial?	518
6.2.4.2. Qual o papel do advogado na inspeção judicial?	519
6.2.5. O auto circunstanciado da inspeção judicial	520
6.2.6. A inspeção judicial como prova emprestada.....	520

6.2.7.	Inspeção judicial realizada por oficial de justiça	521
6.2.8.	Exemplos práticos de inspeção judicial	522
6.2.8.1.	Primeiro exemplo prático – do cartão “extra”	522
6.2.8.2.	Segundo exemplo prático – do banheiro sem condições de uso	523
6.2.8.3.	Terceiro exemplo prático – dos relatórios de portaria ...	524
6.2.8.4.	Quarto exemplo prático – do cachorro como “testemunha”	525
6.2.8.5.	Quinto exemplo prático – inspeção quando há casos repetitivos	526
6.3.	Presunções e máximas de experiência	527
6.3.1.	Aspectos introdutórios destes dois meios de prova	527
6.3.2.	Presunções – a técnica da constelação de indícios	529
6.3.2.1.	Presunção comum e presunção legal ou jurídica	532
6.3.2.2.	Presunções do direito material e suas irradiações no processo do trabalho	535
6.3.3.	Máximas de experiência	544
6.4.	Ata notarial	548
6.4.1.	Admite-se prova contrária à ata notarial?	551
6.4.2.	Situações em que a ata notarial é importante como meio de prova	552
6.4.3.	Exemplos práticos envolvendo ata notarial	554
6.5.	Documentos eletrônicos	555

7

PROVAS DIGITAIS: POR UMA TEORIA GERAL.....557

7.1.	Considerações iniciais sobre a prova digital	557
7.2.	O que é uma prova digital: caracterização e desdobramentos	560
7.2.1.	Provas digitais de primeiro grau x provas digitais de segundo grau	561
7.2.2.	Fatos que ocorrem em meios digitais e podem configurar ilícitos	564
7.2.3.	A problemática da geolocalização	569
7.3.	A natureza jurídica das provas digitais	573
7.3.1.	A prova digital como prova documental <i>lato sensu</i>	573
7.3.2.	A prova digital como um novo meio (atípico) de prova	578
7.4.	Registros audiovisuais e as provas digitais	581
7.5.	Requisitos de validade da prova digital	583
7.5.1.	A autenticidade da prova digital	586
7.5.2.	A integridade da prova digital	589
7.5.2.1.	O uso do sistema Verifact e do código hash	590

7.5.2.2.	As questões relacionadas aos interlocutores	595
7.5.2.3.	A adulteração anterior ao uso das ferramentas.....	596
7.5.2.3.1.	A extração do banco de dados do arquivo.....	596
7.5.2.3.2.	A realização de perícia.....	597
7.5.3.	O requisito da preservação da cadeia de custódia	599
7.6.	O ônus da prova em matéria de provas digitais	604
7.6.1.	Teorias que poderão ser úteis nessa temática.....	606
7.6.1.1.	Distribuição dinâmica do ônus da prova em matéria de prova digital	607
7.6.1.2.	A inversão do ônus da prova em matéria de provas digitais	610
7.6.1.3.	Atribuição à parte que tem maior interesse no convencimento do juiz	613
7.6.1.4.	Atribuição do ônus da prova com base na teoria da aparência	615
7.6.1.5.	Atribuição desse ônus com fundamento no princípio da cooperação	616
7.6.2.	Como se desincumbir desse ônus da prova?	617
7.6.3.	A declaração de autenticidade da prova digital por parte do advogado	621
7.6.4.	A obrigatoriedade de a parte cumprir a ordem de exibir a prova digital	622

8

A PROVA ORAL NO PROCESSO DO TRABALHO625

8.1.	Técnicas gerais na produção da prova oral	627
8.1.1.	O amplo poder instrutório do juiz do trabalho.....	627
8.1.2.	Aplicação das regras do rito sumaríssimo no processo de rito ordinário.....	629
8.1.3.	Provas excessivas, impertinentes ou protelatórias.....	632
8.1.4.	Inversão da ordem dos depoimentos e a ordem lógica na produção das provas	633
8.1.5.	O aparte do advogado e a interferência no trabalho do juiz	636
8.1.6.	Transcrição dos depoimentos e das perguntas indeferidas na ata de audiência	637
8.1.7.	O juiz e a coleta de fatos periféricos	640
8.2.	Técnicas especiais para a formulação de perguntas.....	642
8.2.1.	Como o advogado deve formular as perguntas	642
8.2.2.	Técnicas avançadas na formulação das perguntas	645
8.2.2.1.	A técnica do interrogatório direto	646

8.2.2.2. A técnica do contrainterrogatório.....	647
8.2.2.3. Evitar perguntas indutivas, impertinentes ou repetitivas.....	648

9

DEPOIMENTO PESSOAL E INTERROGATÓRIO.....651

9.1. Depoimento pessoal X interrogatório.....	651
9.2. Depoimento pessoal e princípio do contraditório	653
9.3. Incomunicabilidade dos depoentes	658
9.4. Técnicas de perguntação durante o depoimento pessoal	660
9.5. Escusa X recusa a depoimento	663
9.6. Depoimento pessoal por precatória ou videoconferência	665

10

CONFISSÃO REAL E CONFISSÃO FICTA669

10.1. Conceito e natureza jurídica da confissão.....	669
10.2. Espécies de confissão	671
10.3. Confissão real	671
10.3.1. Efeitos da confissão real.....	673
10.3.2. Indivisibilidade da confissão.....	676
10.3.3. Outras questões na temática da confissão: anulação.....	677
10.4. Confissão ficta.....	679
10.4.1. Efeitos da confissão ficta	681
10.4.2. Desconhecimento dos fatos pelo preposto.....	684
10.4.3. Outras questões relacionadas à confissão ficta	685
10.4.4. Confissão ficta no litisconsórcio e do ente público.....	689
10.4.5. Ausência de ambas as partes: presença só do advogado	690

11

PROVA TESTEMUNHAL693

11.1. Conceito e importância: prova sensorial.....	693
11.2. Admissibilidade da prova testemunhal.....	695
11.2.1. Questões práticas sobre essa admissibilidade	697
11.2.2. Questões relacionadas às presunções	699
11.3. Rol e número máximo de testemunhas	701
11.4. Outras questões práticas a respeito da prova testemunhal.....	704
11.4.1. Substituição de testemunha.....	706
11.4.2. O juiz arrolado como testemunha	707
11.4.3. Oitiva de testemunhas por precatória ou videoconferência	708

12

PRECEDENTES DO TST EM MATÉRIA DE PROVAS791

12.1. A (necessária) cultura dos precedentes na justiça do trabalho	791
12.2. Precedentes sobre ônus da prova	792
12.2.1. Ônus da prova em promoção por antiguidade	793
12.2.2. Ônus da prova em trabalho externo.....	793

12.2.3.	Ônus da prova na falta de controles de jornada de empregado doméstico	794
12.2.4.	Ônus da prova do não recebimento da citação	796
12.2.5.	Ônus da prova em matéria de vale-transporte.....	797
12.2.6.	Ônus da prova a respeito de abono pecuniário.....	797
12.2.7.	Ônus da prova em matéria de FGTS.....	798
12.2.8.	Ônus da prova quanto ao despedimento do trabalhador	799
12.3.	Precedentes a respeito de prova pericial	800
12.3.1.	Desnecessidade de perícia em processos de agentes comunitários de saúde	801
12.3.2.	Desnecessidade de perícia quando se constata pagamento espontâneo	802
12.3.3.	Justiça gratuita e honorários periciais	803
12.3.4.	Perícia que constata insalubridade por contato com cimento... ..	805
12.3.5.	Necessidade de perícia para verificação de insalubridade.....	807
12.4.	Precedentes sobre prova documental.....	807
12.4.1.	Validade do cartão de ponto apócrifo	807
12.4.2.	Dedução de valores pagos a título de horas extras.....	808
12.4.3.	Juntada de documentos na fase recursal	810
12.5.	Precedentes sobre prova emprestada e presunções.....	811
12.5.1.	Prova emprestada e (des)necessidade de concordância	811
12.5.2.	Presunção de abandono de emprego	813
12.5.3.	Presunção relativa das anotações da CTPS	814
12.5.4.	Presunção de dispensa discriminatória	815
12.6.	Precedentes sobre depoimento pessoal e confissão.....	816
12.6.1.	Necessidade de intimação pessoal para a confissão ficta	816
12.6.2.	Indeferimento do depoimento pessoal e cerceamento de defesa	818
12.7.	Precedentes sobre prova testemunhal.....	822
12.7.1.	Rol de testemunhas e indeferimento de adiamento da audiência.....	822
12.7.2.	Testemunha que ajuizou ação contra a mesma reclamada.....	823
12.7.3.	Testemunha que exerce cargo de confiança	825
12.7.4.	Indeferimento de prova testemunhal após confissão.....	826
12.7.5.	Prova testemunhal sobre horas extras	828

REFERÊNCIAS	831
--------------------------	------------